



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Salvador - Bahia
2020

Aline Ribeiro dos Santos
Daniele de Sá S. Santana

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Católica de Salvador para obtenção do Título de Especialista em Psicopedagogia.

Orientação: Lázaro Emanuel Souza Fonseca.

Salvador - Bahia
2020

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL DENTRO DA CLASSE HOSPITALAR PARA PREVENÇÃO DE PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Aline Ribeiro dos Santos¹

Daniele de Sá S. Santana²

Lázaro Emanuel Souza Fonseca³

Resumo: Reconhecendo a necessidade de coibir o surgimento de problemas de aprendizagem em crianças internadas devido sua condição de saúde, a referida pesquisa teve por objetivo analisar a importância e a contribuição do psicopedagogo dentro da Classe Hospitalar para prevenção de problemas de aprendizagem na criança hospitalizada. Desse modo, buscou-se refletir acerca da formação e atuação do psicopedagogo dentro da Instituição Hospitalar; A necessidade da escuta psicopedagógica e do olhar sensível; Contribuições e ações psicopedagógicas de caráter preventivo. Nesse sentido, argumenta-se: De que forma o psicopedagogo poderá contribuir dentro da classe hospitalar numa perspectiva de prevenir possíveis problemas de aprendizagem? Para tanto, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, por meio de um levantamento bibliográfico, fundamentado em autores como Acampora (2015), Porto (2008), cujos referenciais expõem as contribuições e atuação do psicopedagogo dentro da classe hospitalar; Fonseca (2008), Assis (2009), que mostra que por meio da educação hospitalar, a criança mantém o vínculo com a aprendizagem; Andrade (1998), Oliveira (2009), falam em uma Psicopedagogia Preventiva, onde o foco é evitar que sintomas se instalem e ocasionem um problema de aprendizagem. Nessa perspectiva, acredita-se que essa pesquisa é de grande valia não apenas para o psicopedagogo, mas para todos os profissionais da área da saúde e da educação que atuam ou pretendem atuar com a educação hospitalar, tendo como objetivo socializar as possibilidades que promovam o exercício pleno da cidadania da criança hospitalizada.

Palavras-chave: Classe Hospitalar. Prevenção. Problemas de Aprendizagem.

¹ Graduada em Pedagogia e pós-graduanda em Psicopedagogia, ambas as titulações pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: aline_1273@hotmail.com.br

² Graduada em Pedagogia e pós-graduanda em Psicopedagogia, ambas as titulações pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: danieledesass@gmail.com.br

³ Pedagogo e Psicopedagogo. Mestre em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. E-mail: lazarofonseca@yahoo.com.br

Abstract: Recognizing the necessity to restrain the rise of learning problems in children that are hospitalized due to their conditions of health, this research had as goal to analyze the importance and the contribution of the psychopedagogue into the Hospital Class to prevent learning problems in hospitalized children. Thereby, this research sought reflect about the training and performance of the psychopedagogue into the Hospital Class; The necessity of the psychopedagogical listening and the sensible look; Psychopedagogical contributions and actions with a preventive character. In this sense, it is argued: How the Psychopedagogue can contribute within the hospital class with a point of view that intend to preventing possible learning problems? Therefore, the method used was the qualitative bibliographic search, through a bibliographic survey, reasoned in authors like Acampora (2015), Porto (2008), whose references expose the actions and contributions of a psychopedagogue into the Hospital class; Fonseca (2008), Assis (2009), that shows through hospital education, the children can keep the bond with the learning; Andrade (1998), Oliveira (2009), speaks about a Prevent Psychopedagogy, where the focus is avoid that symptoms settle in and cause a learning problem. In that perspective, it is believed that this research have a great value not only to the psychopedagogue but to all professionals on health and education that works or intend to work with hospital education, having as a goal to socialize the possibilities that promote the full exercise of the citizenship of the hospitalized child.

Keywords: Hospital Class. Prevention. Learning Problems.

INTRODUÇÃO

Neste artigo abordamos a Psicopedagogia Hospitalar, por ser uma das áreas da Psicopedagogia Institucional que assegura os direitos que todos possuem à educação, principalmente àqueles que devido a uma enfermidade precisam ficar ausentes da escola em virtude de sua hospitalização.

Por ser uma área pouco conhecida, nos propomos a pesquisar a Psicopedagogia no âmbito hospitalar, saber como funciona a práxis psicopedagógica deste ambiente em nossa sociedade que pouco se fala e se escreve sobre esse assunto. Por esse motivo, torna-se fundamental que psicopedagogos se especializem em cursos na área Educacional Hospitalar, Educação Especial, ou áreas afins, para atuação psicopedagógica nestes espaços.

Desse modo, na perspectiva de uma futura atuação nesta área, se faz necessário entender o funcionamento da Classe Hospitalar para fundamentar os conhecimentos desta, e com isso investigar a prática Psicopedagógica Institucional utilizada no ambiente hospitalar. A Classe Hospitalar é uma modalidade de ensino em Educação Especial, onde o atendimento é feito em leitos ou local adequado dentro do hospital. A finalidade da Classe Hospitalar é de recuperar a socialização da criança por um processo de inclusão dando continuidade à sua aprendizagem.

Assim, embora a atuação do psicopedagogo na instituição hospitalar seja diferente da proposta da clínica, tem em comum o processo de aprendizagem como objeto de pesquisa a ser estudado e trabalhado em ambas as atuações, abordando e desenvolvendo tanto as questões de caráter preventivo como curativo, uma vez que, a Psicopedagogia atua para identificar os fatores que poderão causar (preventivo) ou ter causado (curativo) um problema de aprendizagem.

Dessa maneira, visando a prevenção de problemas de aprendizagem, será apresentado os resultados da pesquisa sobre a importância da prática de ação psicopedagógica enquanto caráter preventivo, e como seu uso pode ajudar positivamente tanto no tratamento de saúde quanto na recuperação das crianças hospitalizadas integrantes da Classe Hospitalar, pois como diz o dito popular: “Prevenir é melhor do que remediar”. Nesse sentido, argumenta-se: De que forma o

psicopedagogo poderá contribuir dentro da classe hospitalar numa perspectiva de prevenir possíveis problemas de aprendizagem?

É nesse contexto, que buscou-se como objetivo dessa pesquisa analisar a importância e a contribuição do psicopedagogo dentro da Classe Hospitalar para prevenção de problemas de aprendizagem nas crianças ali presentes, abordando a formação e atuação do psicopedagogo dentro da Instituição Hospitalar; Refletir sobre a necessidade da escuta psicopedagógica e do olhar sensível, contribuindo no desenvolvimento de propostas que favoreçam, enriqueçam e aprimorem o processo de aprendizado; Elencar algumas ações psicopedagógicas de caráter preventivo que podem ser trabalhadas com a criança hospitalizada para coibir o surgimento, desenvolvimento ou até mesmo uma piora de um problema de aprendizagem.

Desse modo, na perspectiva de realizar uma pesquisa mais aprofundada acerca do tema proposto, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, desenvolvida mediante leitura e análise de fontes bibliográficas, como livros, documentos legais, publicações periódicas e científicas para compreender a prática e as relações de convivência psicopedagógica num âmbito hospitalar.

Assim, a referida pesquisa está fundamentada nas propostas e discussões de autores como Acampora (2015), Porto (2008), cujos referenciais expõem as contribuições e atuação do psicopedagogo dentro da classe hospitalar; em Matos e Mugiatti (2014), considerando o direito dos estudantes internados à continuidade da sua escolarização, além de destacar a integração da humanização à educação e saúde; Fonseca (2008), Assis (2009), que mostra que por meio da educação hospitalar, a criança mantém o vínculo com a aprendizagem; Andrade (1998), Oliveira (2009), falam em uma Psicopedagogia Preventiva, onde o foco é evitar que sintomas se instalem e ocasionem um problema de aprendizagem.

Do mesmo modo, em artigos, teses e dissertações científicas de autores como: Amorim (2017) que sugere o uso da música no ambiente hospitalar para facilitar na recuperação do indivíduo e melhora na saúde; Acampora & Ferreira (2017), consideram a arteterapia uma ação psicopedagógica que contribui para o aprendizado. Igualmente, em documentos legais que normatiza, regula e assegura a Educação Hospitalar no Brasil, como o documento Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar (BRASIL, 2002), que traz estratégias e orientações para promover a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e

domiciliares. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1995) que assegura os direitos da criança e do adolescente hospitalizado.

Quanto à forma de abordagem, o estudo é de cunho qualitativo, considerando que, “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 32), pois buscou-se compreender e analisar a contribuição do psicopedagogo dentro da Classe Hospitalar para prevenção de problemas de aprendizagem na criança hospitalizada. Concernente aos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória, pois, pretendeu uma maior compreensão sobre o tema, ampliação do conhecimento, como também uma exploração das obras de autores que abordam o tema que foi pesquisado.

Nessa perspectiva, acredita-se que essa pesquisa é de grande valia não apenas para o psicopedagogo, mas para todos os profissionais da área da saúde e da educação que atuam ou pretendem atuar com a educação hospitalar, contribuindo com as ciências para socializar as possibilidades que promovam o exercício pleno da cidadania da criança hospitalizada. Além de agregar conhecimentos acerca da importância e da contribuição da prática de ação psicopedagógica preventiva para evitar o surgimento de problemas de aprendizagem decorrentes do processo de internação hospitalar da criança.

Para tanto, no primeiro tópico fala sobre a “Psicopedagogia Hospitalar: conceitos e reflexões” analisamos a Prática Psicopedagógica no ambiente hospitalar. Apresentamos o conceito de hospital, além de esclarecer quem é o aluno-paciente (criança hospitalizada). No tópico seguinte apresentamos um resumo da história da Classe Hospitalar, das leis que regulamentam o seu funcionamento e sua importância dentro do ambiente hospitalar.

Na sequência, no terceiro tópico, discorreremos acerca da importância da formação acadêmica dos profissionais que atuarão dentro da Classe Hospitalar, como ela é feita, os critérios para sua atuação e quais ações e contribuições esse profissional poderá desenvolver dentro da Classe Hospitalar. No quarto capítulo apresentamos o enfoque preventivo da Psicopedagogia Institucional, fazendo uma explanação da importância e da contribuição da ação psicopedagógica preventiva para coibir o surgimento de possíveis problemas de aprendizagem. E no último capítulo, fazemos referência à imprescindível prática da escuta psicopedagógica que

o profissional que atua no ambiente hospitalar deve fazer, ressaltando que essa escuta refere-se a ouvir além do que é expresso em palavras.

1. PSICOPEDAGOGIA HOSPITALAR: CONCEITOS E REFLEXÕES

A Psicopedagogia vem ganhando espaço no âmbito da educação, porém está não é promovida necessariamente no ambiente escolar, ela também se desenvolve em outros setores da sociedade, como na administração e na saúde. E o hospital passou a ser um desses ambientes, servindo como parte para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem da criança hospitalizada.

Nesse sentido, abordamos a Prática Psicopedagógica no Ambiente Hospitalar, como suporte ao trabalho pedagógico desenvolvido na Classe Hospitalar que corresponde a oferta da continuidade da escolarização ao aluno com problemas de saúde, que além de dispor do direito de cursar o ano letivo para que não seja prejudicado, tem a oportunidade de acesso a ações preventivas, podendo assim dar prosseguimento ao processo de ensino e aprendizagem do escolar hospitalizado, que segundo Matos e Mugiatti (2014, p. 60), “trata-se da situação de crianças e adolescentes, em idade escolar, que submetidas a longos períodos de hospitalização ficam impossibilitadas de seguir o seu ano letivo escolar”, o que muitas vezes altera o cumprimento do fluxo de escolarização.

Nesse tópico, por se tratar da Prática Psicopedagógica no Ambiente Hospitalar, não poderíamos deixar de ressaltar o termo Hospital, palavra de origem Latim (*Hospitalis*), vem de “*hospes*”, hospédes, porque antigamente nessas casas de assistência eram recebidos peregrinos, pobres e enfermos. Hodiernamente, o Hospital mantém o perfil de entidade dedicada ao trabalho terapêutico, embora tenha passado por algumas alterações. Para o Ministério da Saúde:

O hospital é parte integrante de uma organização Médica e Social, cuja função básica, consiste em proporcionar à população Assistência Médica Sanitária completa, tanto curativa como preventiva, sob quaisquer regime de atendimento, inclusive o domiciliar, cujos serviços externos irradiam até o âmbito familiar, constituindo-se também, em centro de educação, capacitação de Recursos Humanos e de Pesquisas em Saúde, bem como de encaminhamento de pacientes, cabendo-lhe supervisionar e orientar os estabelecimentos de saúde a ele vinculados tecnicamente. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1977).

Nesse contexto, as funções sociais de uma entidade hospitalar estão voltadas para a promoção da saúde e bem-estar, ao resgate da humanização e da cidadania, buscando contribuir para a cura e a recuperação dos pacientes. O hospital é um local que, por natureza, causa insatisfação em crianças e adultos, doentes ou saudáveis. O local os afligem devido suas características, com cores pálidas, sombrias, com silêncio, e quando rompido, geralmente, são por gritos de dores. Segundo Porto (2008), “o ambiente hospitalar exclui quase sempre singularidade do ser humano hospitalizado. São sempre rotulados por números, leitos, prontuários, enfermaria, etc.”, logo, não é um local aprazível nem aos internados e nem aos visitantes, embora também propicie a esperança da cura para o doente.

Sendo assim, entende-se que, a atuação do Psicopedagogo no hospital contribui para o bem-estar na vida de crianças que se encontram internadas. E, a prática psicopedagógica, no ambiente hospitalar, se faz necessária, visto que esse atendimento além de ultrapassar a formalidade da escola, é de suma importância, pois, os escolares hospitalizados precisam dar continuidade a seu processo de escolarização, conjuntamente com a recuperação de sua saúde, pois, o ambiente hospitalar é um local melancólico, com procedimentos às vezes dolorosos, e como se não bastasse, há ainda o afastamento de sua vida social, de seus brinquedos, parentes e amigos. Acampora (2015) descreve a postura do psicopedagogo diante dessa realidade.

No contexto hospitalar o psicopedagogo não trabalha com dificuldades de aprendizagem e, sim, cria situações de aprendizagem que permitem que o paciente sinta-se ‘vivo’, capaz, interligado ao mundo externo, apesar de estar hospitalizado. (ACAMPORA, 2015, p. 20).

Pois, o ser humano precisa das relações sociais para interagir e se desenvolver. Desse modo, para o desenvolvimento de uma proposta psicopedagógica hospitalar, é necessária a presença desse profissional nesse espaço, o qual irá utilizar ações para resguardar a criança hospitalizada de futuros problemas de aprendizagem, com a utilização de métodos e instrumentos próprios da psicopedagogia juntamente com a professora que media as interações da criança na classe hospitalar, para que juntos psicopedagogos e pedagogos possam ampliar as possibilidades do educando quanto ao seu processo de aprendizado. Assim, se

faz necessário a colaboração desse profissional no auxílio ao desenvolvimento, à aprendizagem e na ajuda da recuperação da saúde do aprendente nesse ambiente.

A criança hospitalizada está inserida na Política de Educação Especial por requerer uma necessidade específica no seu processo de aprendizagem, mesmo que se encontre internada por pouco período, sendo a educação em hospital um direito garantido por lei, que sanciona seu direito à cidadania e à inclusão. Logo, requer atenção específica, intermediação mais efetiva e cuidados especiais, por parte também do pedagogo e psicopedagogo, que atuam como uma ponte entre o hospital e a escola, objetivando motivar o aluno a prosseguir na sua recuperação e na construção do conhecimento, dando a oportunidade de aprovação ao término do ano letivo.

Nesse contexto, ao pensar na continuidade escolar das crianças que se encontram distantes do espaço escolar em função de algum problema de saúde faz-se necessário também integrá-la ao meio social ao qual ela está inserida naquele momento para que seja evitada a conservação, retenção ou evasão escolar. Assim, a Psicopedagogia Hospitalar veio para intermediar estes alunos/pacientes que necessitam dar continuidade aos estudos. Visto que,

Educar significa utilizar práticas pedagógicas que desenvolvam simultaneamente razão, sensação, sentimento intuição e que estimulem a integração intercultural e a visão planetária das coisas, em nome da paz e da unidade do mundo. Assim a educação além de transmitir e construir o saber sistematizado assume um sentido terapêutico ao despertar no educando uma nova consciência que transcenda do eu individual para o eu interpessoal. (CARDOSO, 1995, p. 48).

Para tanto, é exigido do Psicopedagogo hospitalar um olhar diferenciado quanto às especificidades de cada educando atendido, para isso, se torna necessário uma flexibilidade no currículo para que este possa respeitar as condições a que a criança se encontra para que o fenômeno do ato de aprender seja a partir das vivências e experiências desta. Assim, o currículo no contexto hospitalar precisa se adequar à realidade de saúde de cada aluno-paciente, cabendo ao psicopedagogo uma visão holística do meio ao qual o educando está inserido.

Existem vários programas voltados para ajudar pessoas que se encontram internadas. Em Salvador a Classe Hospitalar e Domiciliar começou como um programa e atualmente é a Escola Municipal Hospitalar e Domiciliar Irmã Dulce, que

tem como propósito garantir a escolaridade dos alunos-pacientes com um atendimento pedagógico-educacional-hospitalar. Os pacientes têm aula no próprio hospital em uma sala reservada, o que possibilita a continuidade das suas atividades escolares. (SMED - Secretaria Municipal da Educação da cidade do Salvador). No intuito de fazer um estudo mais detalhado sobre a Classe Hospitalar, elaboramos um capítulo com um resumo da história, das leis que regulamentam o funcionamento da referida classe e sua importância dentro do ambiente hospitalar.

2. CLASSE HOSPITALAR: HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

A Classe Hospitalar surgiu na metade do século XX a partir de uma preocupação com o atendimento prestado a crianças e jovens hospitalizados. Segundo Vasconcelos (2005), a Classe Hospitalar teve início em 1935, a partir de uma preocupação no atendimento prestado às crianças e jovens hospitalizados. Em consequência da Segunda Guerra Mundial, inúmeras crianças e jovens foram mutiladas e feridas, o que motivou a permanência delas em hospitais.

Nesse contexto, Henri Sellier, prefeito de Suresnes, inaugura a primeira escola hospitalar para crianças inadaptadas, nos arredores de Paris. Essa atitude foi seguida na Alemanha, em toda França, na Europa e nos Estados Unidos, para suprir as dificuldades escolares de crianças tuberculosas, que na época eram isoladas do convívio social e impossibilitadas de frequentar escola.

Nesse sentido, no Brasil, esse atendimento tem sido um modelo adotado desde o ano de 1950 pela primeira classe hospitalar do Brasil, "Menino Jesus", vinculada ao Hospital Municipal Menino Jesus, no Rio de Janeiro, no qual permanece atuando com a modalidade de atendimento educacional e foi representada no 1º Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar, que aconteceu no ano de 2000 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a coordenação geral da professora Eneida Simões da Fonseca.

Desse modo, Fonseca (1999, p.119), ao mencionar o trabalho da classe hospitalar no hospital Menino Jesus no Rio de Janeiro, diz que, "Naquele ano o hospital possuía cerca de 200 leitos e uma média de 80 crianças em idade escolar". Na década de 1970, o Hospital contava com quatro salas de aula da classe

hospitalar, desde então, o atendimento pedagógico hospitalar vem crescendo, mas de forma tímida.

Assim, a Classe Hospitalar foi criada para garantir melhor qualidade de vida ao criança hospitalizado, não somente no sentido da continuação dos estudos evitando a conservação ou até mesmo a evasão deste aluno durante o ano letivo, mas contribuir sempre no processo de desenvolvimento cognitivo, pois esses são carentes de atenção, já foram interrompidos bruscamente do convívio social e por isso necessitam de atendimento especializado como é feito num hospital, através de um trabalho humanizado.

Dessa forma, o Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar é legalmente amparado e reconhecido pela legislação brasileira, e entende-se que as crianças hospitalizadas não podem ficar sem atendimento educacional durante seu período de internação. De acordo com a Constituição Federal de 1988, conforme artigo 205, Seção I – Da Educação, da Cultura e do Desporto:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Logo, a educação sendo como direito de todos, deve estar presente também para as crianças hospitalizadas que se encontram com algum tipo de enfermidade impossibilitando-as de estar em uma sala regular de ensino, devendo ser garantida a continuidade ao seu desenvolvimento e aprendizagem em um ambiente hospitalar. As autoras Matos e Mugiatti (2014) afirmam que,

[...] o que mais importa é que a criança ou adolescente hospitalizado venha receber, sempre e com o máximo empenho, o atendimento a que fazem jus, nessa tão importante fase de sua vida, da qual depende a sua futura estrutura, enquanto pessoa e cidadão. (MATOS; MUGIATTI, 2014, p.65).

Essa visão, afirma o propósito da Pedagogia Hospitalar que vem proporcionar a estes alunos um suporte para continuação do ensino, amparado por leis que garantem seus direitos e valida sua existência. O ano de 1990 pode ser referendado com um marco para a justiça e para a educação, quando foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na lei 8.069, o qual menciona em seu artigo 3º que,

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, a qual afirma que "Classe Hospitalar é um ambiente que possibilita o atendimento educacional de crianças e jovens internados que necessitam de educação especial e que estejam em tratamento hospitalar" (BRASIL, 1994, p. 20), logo, mesmo estando hospitalizado, o aluno tem direito ao atendimento educacional. Já o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), chancelado pelo Ministério da Justiça, trata dos direitos da criança e do adolescente hospitalizado, através da Resolução nº 41 de 13 Outubro de 1995, no Art. 9, fala sobre o "Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar".

A garantia ao atendimento educacional especializado também está regulamentado e legalizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, como sendo um direito público que deve ser garantido pelo Estado. Ao tratar da Educação Especial, no Capítulo V Art. 58, §2º, a referida lei estabelece que "o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular". Sendo assim, os alunos hospitalizados, por estarem impossibilitados de frequentar as classes comuns, poderão receber o atendimento educacional no ambiente hospitalar, ou até mesmo no domicílio.

Além disso, a Resolução nº. 02/ 2001 - CNE/CEB – suscita expressamente a implantação de hospitalização escolarizada com o desígnio de atendimento pedagógico aos alunos com necessidades especiais transitória. O fato de estar hospitalizado integra o aluno na política de Educação Inclusiva por requerer provisoriamente de uma necessidade educacional especial, visto que este precisa se ausentar por um tempo efêmero ou durável da sua prática educativa do ambiente regular de ensino.

Pouco depois, no ano de 2002 a Secretaria de Educação Especial do MEC elaborou o documento intitulado: Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico

Domiciliar: estratégias e orientações, tendo como objetivo principal criar estratégias e orientações que viabilizem a oferta do atendimento pedagógico em hospitais, assegurando a criança o acesso à educação básica, promovendo dessa forma o desenvolvimento e a aprendizagem desses educandos.

Vale ressaltar, que para obtermos resultados com essa estratégia educacional são necessárias verbas, para especialização de profissionais na área da educação e saúde. Muitos documentos e leis foram criados, mas poucos entraram em ação verdadeiramente para transformar a condição da criança brasileira. A efetivação dessas leis depende também do engajamento das organizações, dos professores e do corpo clínico para garantir os direitos a todos os estudantes que se encontram hospitalizados. De acordo com Matos e Mugiatti (2014),

A sociedade está em débito com essas crianças e adolescentes. São seus direitos, a saúde e educação, como também o seu futuro, que estão em jogo. Ou serão tais direitos apanágios exclusivos de crianças e adolescentes sadios? É uma questão de respeito ao ser humano, à sua dignidade, à sua liberdade e aos seus inalienáveis direitos. (MATOS; MUGIATTI, 2014, p. 162).

Desse modo ao ser negado qualquer tipo de atendimento à criança, sendo na saúde ou educação pública, poderá comprometer o desenvolvimento e a aprendizagem destas, o não oferecimento desses serviços ou sua irregularidade, implica responsabilidade da autoridade competente. Logo, é de suma importância a formação técnica aos profissionais que atuarão dentro da Classe Hospitalar, e sobre esse assunto debruçaremos no próximo capítulo.

3. A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL PARA CLASSE HOSPITALAR

A Prática Educativa no ambiente hospitalar se faz num espaço temporal diferenciado da sua rotina na escola regular e de métodos tradicionais, pois além de ser aplicado o currículo acadêmico, se introduz a ludicidade ao ciclo gnosiológico na prática educacional nas classes hospitalares. Tal estratégia ao ser introduzida ao ensino coopera no desenvolvimento cognitivo e na aprendizagem.

Nesse contexto, o trabalho do professor da escola hospitalar não é diferente de um professor de escola regular, porém, o olhar desse profissional deve ser diferenciado, visto que o professor que se encontrar no ambiente hospitalar além de toda habilidade de atuação em classe regular deve se ajustar a realidade do ambiente hospitalar utilizando de uma atuação diferenciada dando continuidade ao desenvolvimento desses escolares hospitalizados considerando as especificidades e necessidades diferenciadas de cada aluno. Entretanto, faz-se saber que,

Na escola hospitalar, cabe ao professor criar estratégias que favoreçam o processo ensino-aprendizagem, contextualizando-o com o desenvolvimento e experiências daqueles que vivenciam. Mas, para uma atuação adequada, o professor precisa estar capacitado para lidar com as referências subjetivas das crianças, e deve ter destreza e discernimento para atuar com planos e programas abertos, móveis, mutantes, constantemente reorientados pela situação especial e individual de cada criança, ou seja, o aluno da escola hospitalar. (FONSECA, 2008, p. 30-31).

Para tanto, o papel de tais profissionais não é de manter as crianças ocupadas, mas fazendo valer o que lhe é garantido por lei. Segundo Ceccim (apud MATOS; TORRES, 2010, p. 60),

Não é apenas ocupar criativamente o tempo da criança para que ela possa expressar e elaborar os sentimentos trazidos pelo adoecimento e pela hospitalização, aprendendo novas condutas emocionais, como também não apenas abrir espaços lúdicos com ênfase no lazer pedagógico para que a criança esqueça por alguns momentos que está doente ou em um hospital. O professor deve estar no hospital para operar com processos afetivos de construção da aprendizagem cognitiva e permitir aquisições escolares às crianças. O contato com o professor e com uma escola no hospital funciona, de modo importante, como uma oportunidade de ligação com os padrões de vida cotidiana do comum das crianças, como ligação com a vida em casa e na escola.

Sendo assim, ocorre a necessidade de uma especialização dos pedagogos para atuação em ambiente hospitalar, “que os professores de classes hospitalares tenham acesso aos treinamentos em serviços e outros cursos de capacitação” (WARNOCK apud MATOS e MUGIATTI, 2014, p. 47). Entretanto, a especialização por si só não é suficiente, pois é necessário que o profissional possua a capacidade de atuar como mediador na construção de novos conhecimentos. Essa formação deverá também propiciar ao pedagogo e psicopedagogo uma maior compreensão e formação emocional para lidar com possíveis conflitos de ideias, com um novo perfil de aluno que se encontra acometido por algum tipo de limitação física, emocional e social proveniente de alguma doença. Assim,

[...] Faz-se necessário esclarecer que tal oferta de ensino no ambiente hospitalar deve ser pensada com cautela, pois não pode ser reduzido à mera transferência das práticas do ensino regular ao ensino hospitalar, considerando as diferentes demandas dos diversos alunos pacientes. (NOFFS; RACHMAN apud ASSIS, 2009, p. 89)

Entretanto, mesmo com toda cautela, o processo de ensino-aprendizagem precisa ocorrer por meio de atividades curriculares e lúdicas, atividades essas realizadas em salas de aula dentro do hospital, ou nos espaços de recreação como a brinquedoteca e até mesmo no próprio leito, quando a criança está impossibilitada de frequentar a classe hospitalar. Portanto, é necessário um espaço físico adequado, para que possa atender a todas as crianças hospitalizadas, os materiais didáticos adequados são fundamentais para o progresso das atividades curriculares e lúdicas que incentivarão na autoestima proporcionando ajuda na recuperação da criança hospitalizada.

Além disso, Matos e Mugiatti (2014), afirmam que é de suma importância a criatividade, o comprometimento e a competência na formação dos pedagogos. É necessário estabelecer uma habilitação diferenciada na docência, a fim de alcançar os níveis de exigência que essa prática exige, ou seja, o docente precisa estar habilitado e compreender a complexidade dessa modalidade de ensino.

Para tanto, faz-se necessário incluir nos cursos de Pedagogia e Psicopedagogia as propostas curriculares sobre contextos hospitalares, para uma formação específica, pois este educador além de ser um mediador de conteúdos curriculares, deve auxiliar na autoestima de cada escolar hospitalizado, dando-o a oportunidade de sonhar, imaginar, fantasiar, reinventar a realidade e mostrando que ele não está inapto a realizar atividades que estão dentro do seu limite. É importante fazer com que cada aluno conheça suas limitações, porém trabalhando junto com ele a realização do aprender, tendo em vista, que para isso não há fronteiras.

Vale frisar, que esse profissional não trabalha sozinho, pois conta com toda a equipe multidisciplinar e, também, com a participação da família, que, por sua vez, possui um papel fundamental ao contribuir com a progressão na recuperação da criança hospitalizada. O profissional para atuar na classe hospitalar deve ser graduado em Pedagogia, possuir curso de extensão em Pedagogia Hospitalar ou ter o curso de Pós-graduação em Psicopedagogia, Educação Especial. Saliencia-se a importância desse profissional no espaço hospitalar em virtude das particularidades

que possui no processo de ensino-aprendizagem. Em função dos aspectos apontados as autoras citadas anteriormente afirmam que,

O profissional da educação, o professor, o pedagogo, tem esta competência e habilidade já bem desenvolvida. Pois sua ação prática é também de forma bem acentuada, voltada para esta preparação em planejamento e atuação. Com isso, acredita-se que este é o profissional indicado para esse tipo de recreação tão necessário também em contextos hospitalares (MATTOS; MUGIATTI, 2014, p. 152).

Já a formação do psicopedagogo para atuar no ambiente hospitalar deve ser de graduados ou especialistas em Psicopedagogia. A Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) busca a regulamentação do exercício da atividade em Psicopedagogia desde o ano de 1997. Atualmente o Projeto de Lei (PL 031/10) tramita no Senado Federal e a votação para regulamentação está aberta ao público. O art. 2º do texto que regulamenta a atividade de Psicopedagogia no Brasil descreve que,

Art. 2º Poderão exercer a atividade de Psicopedagogia no País: I - os portadores de diploma em curso de graduação em Psicopedagogia expedido por escolas ou instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação pertinente; II - os portadores de diploma em Psicologia, Pedagogia, Fonoaudiologia, ou Licenciatura que tenham concluído curso de especialização em Psicopedagogia, com duração mínima de 600 horas e carga horária de 80% na especialidade (PL 031/2010).

Nesse sentido, pode-se supor que, a falta de espaço e resistência no ambiente hospitalar que o psicopedagogo tem enfrentando na maioria dos estados brasileiros, tenha relação direta com a falta de reconhecimento legal do exercício da profissão pelos órgãos governamentais responsáveis. A presença do psicopedagogo no ambiente hospitalar beneficia não somente o aluno-paciente, como também, a família que pode estar precisando de ajuda na adaptação da nova rotina da criança; poderá também auxiliar o enfermeiro e / ou técnico de enfermagem que não consegue fazer com que a criança tome seus medicamentos, dentre outras contribuições que abordaremos mais à frente.

Com isso, entendemos que o pedagogo e psicopedagogo são os profissionais mais qualificados para o desenvolvimento da prática educativa no contexto hospitalar, pois apresenta as habilidades e competências necessárias para trabalhar em uma classe hospitalar. Sendo que, a atuação do psicopedagogo é auxiliar o

educador, contribuindo para uma melhor interação entre o pedagogo e o aprendiz nas classes hospitalares e também para que juntos possam realizar um planejamento mais condizente com realidade de cada um dos alunos-pacientes, mediando o trabalho com questões afetivas, cognitivas, sociais e familiares, com ações psicopedagógicas e pedagógicas para um melhor desenvolvimento das habilidades sociais do educando. Porto (2008, p. 53) salienta que,

É importante esclarecer que o psicopedagogo na Instituição Hospitalar auxilia a parte pedagógica de crianças hospitalizadas por curto período, além daquelas onde a internação é mais longa e outras que estejam sem possibilidade de cura, garantindo a estas condições para uma sobrevivência digna até quando esta deixar de existir.

Assim como em qualquer outra instituição, a atuação do psicopedagogo na instituição hospitalar se dá com a colaboração de uma equipe multidisciplinar, que no âmbito hospitalar envolve não apenas o pedagogo e o enfermeiro responsável pela classe. “O psicopedagogo atuará com uma equipe multidisciplinar de forma coesa, buscando integrar os conhecimentos para que os diferentes olhares possam contribuir para uma ação sistemática” (Acampora, 2015, p. 19). É de suma importância a participação, o envolvimento e a colaboração de todos os profissionais que de alguma forma ou em algum momento tem / mantém contato com a criança internada. Como os profissionais técnicos de enfermagem, médicos, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, equipe de limpeza, dentre outros.

A atuação do psicopedagogo no contexto hospitalar é de grande valia, tanto em caráter preventivo como terapêutico, embora ainda exista um pressuposto de que essa ciência trabalhe somente com o tratamento dos problemas de aprendizagem, na verdade a psicopedagogia deve estar sempre presente em todos os momentos onde ocorra o processo de aprendizagem, desde o planejamento, formação e discussão com os educadores e por fim, prevenindo possíveis problemas de aprendizagem que poderão ocorrer durante esse período de internação. Todavia, esse (des)uso que se faz do caráter preventivo da psicopedagogia é percebido também na literatura pela ausência de material bibliográfico sobre o assunto. Segundo Oliveira (2009, p. 43),

Tradicionalmente, pode-se pensar a Psicopedagogia exclusivamente como um trabalho voltado para a instituição educacional. Porém, o olhar sobre a aprendizagem que ela se propõe a estabelecer oferece espaço para a

Psicopedagogia nas mais diversas instituições.[...] Dessa forma, se pensarmos na criança hospitalizada que terá novas rotinas inseridas na sua vida, ou vai saber sobre doenças, sobre o que pode ou não pode fazer, o psicopedagogo tem espaço nos hospitais. [...] Assim, o psicopedagogo pode, nos mais diversos contextos institucionais, atuar sobre a aprendizagem.

Nessa perspectiva, o psicopedagogo institucional na classe hospitalar contribui com ações psicopedagógicas para o desenvolvimento das habilidades e competências das crianças hospitalizadas com o intuito de promover o processo de aprendizado desta, como também de prevenir o surgimento de problemas de aprendizagem decorrentes do seu processo de internamento, além de fornecer ao pedagogo da classe hospitalar orientações e estratégias psicopedagógicas que enriqueçam e favoreçam o processo de ensino e aprendizagem do paciente-aluno. Com o intuito de explanar melhor a importância e a contribuição da ação psicopedagógica preventiva, discorreremos sobre o assunto no próximo capítulo.

4. PSICOPEDAGOGIA: ENFOQUE PREVENTIVO

Há um ditado popular que diz: “Prevenir é melhor do que remediar”. Foi esse pensamento que suscitou a elaboração dessa pesquisa – se anteceder a instalação de sintomas que resultam em um problema de aprendizagem. Porém, antes de abordarmos o enfoque preventivo da psicopedagogia, trazemos o conceito de Psicopedagogia e de Psicopedagogia Institucional e qual seu objeto de estudo. A Associação Brasileira de Psicopedagogia Seção Pernambuco (ABPppe) considera que, “A Psicopedagogia é a área de conhecimento, atuação e pesquisa que lida com o processo de aprendizagem humana, visando o apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos neste processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão”.

Abordaremos também um pouco da Psicopedagogia Institucional por estar atrelada à ação preventiva. Sendo assim, o psicopedagogo institucional tem papel fundamental no processo de inclusão das crianças hospitalizadas na classe hospitalar, assegurando meios para que ela prossiga nos estudos. O psicopedagogo ajuda o professor da classe hospitalar com estratégias e propostas. Vercelli traz uma contribuição importante sobre o psicopedagogo. Afirma que,

A psicopedagogia institucional é um campo de estudo que vem se desenvolvendo como ação preventiva de muita importância, mas é vista como ameaçadora, pois tem por objetivo fortalecer a identidade do grupo e transformar a realidade escolar. Torna-se ameaçadora, pois em muitos casos, o psicopedagogo poderá propor mudanças para que determinadas crianças aprendam, mas, infelizmente, muitos educadores resistem a essas mudanças e interpretam o que lhes foi dito como se não estivessem dando conta do papel que exercem (2012, p.73).

Numa classe hospitalar não é diferente, o psicopedagogo necessita da colaboração da equipe multidisciplinar, pois o psicopedagogo faz um estudo sobre as necessidades do grupo, mas precisa de ajuda de todos para que a criança volte ou passe a ter prazer em aprender.

Com isso, o psicopedagogo no contexto hospitalar assumirá o compromisso de ajudar a criança hospitalizada na prevenção de futuros problemas na aprendizagem. Esse profissional levanta a possibilidade de reflexão dos métodos educativos e numa postura de prevenção procurando evitar outros problemas de aprendizagem. É papel do psicopedagogo na instituição conhecer a intencionalidade da escola hospitalar em que atua através do seu Projeto Político Pedagógico para melhor construção de um ambiente propício à aprendizagem significativa, bem como conhecer o ambiente educativo oficial onde o aprendente encontra-se matriculado, para sim construir toda uma linha de ação para com aquele sujeito.

Nesse sentido, vê-se que o objeto de estudo da Psicopedagogia é o processo de aprendizagem humana e suas dificuldades e transtornos. Entretanto, o trabalho do psicopedagogo institucional não tem como foco o que a criança aprendeu ou não aprendeu, e sim, como ela poderá aprender, construir o conhecimento. A essência está na forma em como se desenvolve o aprendizado da criança, como esta aprende, que ações podem ser desenvolvidas para coibir o surgimento de problemas relacionados à aprendizagem. Oliveira fala em uma “ação preventiva”, segundo ela,

[...] O campo de conhecimento da Psicopedagogia teve sua origem no atendimento aos problemas relacionados com as dificuldades de aprendizagem. Porém, os estudos realizados nessa área voltam-se cada vez mais para uma ação preventiva, pois foi se percebendo ao longo do tempo que é preciso uma ação anterior ao aparecimento dos problemas encaminhados à clínica. (2009, p.41)

Todavia, a atenção à prevenção de outras doenças e/ou problemas de aprendizagem, não se dá apenas àqueles de ordem psíquica. É preciso estar atento

também à possíveis alterações que possam afetar o desenvolvimento psicomotor, afetivo, cognitivo..., enfim, um olhar atento e uma escuta sensível a todos os aspectos do desenvolvimento humano. Para Andrade,

Essa prática preventiva que não exclui o olhar clínico, tem uma ligação muito estreita ao que comumente se intitula, no Brasil, Psicopedagogia Institucional [...] Busca-se, através desta prática, prevenir os possíveis problemas de aprendizagem de ordem reativa, isto é, aqueles problemas que aparecem como reação a uma inadequação institucional. Aqui não se trabalha com as reações e sintomas já instalados, mas com a possibilidade de que estes venham a surgir, adiantando-se no movimento e suprimindo-se as possíveis causas promotoras destes problemas (1998, p.40 e 41).

Os sentimentos de medo, desesperança, tristeza, baixa autoestima, insegurança que a criança internada pode sentir, tem a possibilidade de se transformar numa depressão ou outra doença psiquiátrica. Nesse contexto, o psicopedagogo poderá contribuir com orientações e sugestões de ações e estratégias que podem ser realizadas com a criança hospitalizada, com vistas, a evitar o surgimento de uma depressão e conseqüentemente, um provável problema de aprendizagem. Dessa maneira, o psicopedagogo se reunirá não apenas com o professor da classe hospitalar, mas com toda a equipe multidisciplinar envolvida no tratamento da criança.

Logo, o psicopedagogo institucional no âmbito hospitalar atua como um facilitador e motivador da aprendizagem, desenvolvendo ações que despertem nas crianças internadas o desejo pela continuidade do seu processo de construção do conhecimento.

Contudo, a criança hospitalizada fica fragilizada pelo fato de se distanciar de sua rotina social, de seus amigos, de seus brinquedos e de suas brincadeiras, e tudo isso traz medo, tristeza, incertezas, insegurança dentre outros sentimentos, e mais uma vez o psicopedagogo inserido na classe hospitalar, irá desempenhar um trabalho humanizado, dialogando com a criança sobre sua enfermidade, o motivo que a levou a ser internada, e tudo isso numa linguagem propícia a esta. Pois conforme Porto (2008), “é direito do paciente conhecer os motivos que o levou a real situação , e que ela seja verbalizada em uma linguagem simples e compreensível, respeitando sempre a singularidade dos sujeitos”.

Nessa perspectiva, o psicopedagogo também realizará um trabalho que vise promover a autoestima dessa criança com ações e intervenções psicopedagógicas.

É do conhecimento de todos que toda criança precisa brincar, se socializar e em uma classe hospitalar não pode ser diferente. O psicopedagogo precisa, junto ao pedagogo dessa classe, possibilitar e estimular a prática da ludicidade, da musicalidade e da arteterapia que implicam no desenvolvimento de várias habilidades da criança e atrelado a isso o estímulo à aprendizagem. Essas atividades por sua vez, deverão ser desenvolvidas dentro da classe hospitalar pelo pedagogo, assessorado e supervisionado pelo psicopedagogo.

Ao organizar uma ação educativa o educador frequentemente vale-se de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas, recheando sua prática interventiva, com a qual busca facilitar a aquisição do conhecimento de maneira mais prazerosa [...] A ação psicopedagógica não tem como objetivo “ensinar” o jogo, mas sim usá-lo como mediador de uma intervenção que mobilize funções necessárias para a aprendizagem e desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2009, p. 199).

As crianças têm uma facilidade muito grande de aprender por meio de tudo que fazem, e o brincar é um desses instrumentos que possibilitam o direito de aprendizagem e desenvolvimento. Porém, as crianças da contemporaneidade têm se afastado das brincadeiras tradicionais por vários fatores, um desses é viver em um mundo globalizado onde a tecnologia e os jogos eletrônicos ganham espaços no mundo infantil, entretanto o problema não está na tecnologia e sim na maneira inadequada do uso desta.

Ainda em meio a essas questões, temos aquela criança que por um motivo de doença ou deficiência são excluídas dos momentos de interação, não tendo com quem brincar. Por isso, numa turma de Classe Hospitalar, é de suma importância o envolvimento dessas crianças em projetos que envolvam brinquedos e brincadeiras, oportunizando, através da arte do brincar, a aprendizagem mediante o lúdico. Destacamos o que diz Fonseca,

O brincar serve como instrumento para a aquisição e para o domínio de habilidades e para o desenvolvimento de competências que contribuem para o processo de aprendizagem das crianças pequenas ou mais velhas, de adolescentes, e até mesmo dos adultos. (2008, p. 81)

Entretanto, é importante que o profissional ao selecionar os jogos e as brincadeiras, explore a questão do raciocínio lógico e atenção com diferentes estratégias, mas tomando o cuidado com a afetividade dessas crianças mediante

ao que está sendo proposto, pois, se não há alegria e prazer não existe brincadeira e o trabalho de prevenção não será alcançado.

O jogo, indiscutivelmente, não só pode mostrar características cognitivas e afetivas do paciente, como também é utilizado por ele para se apropriar do objeto de conhecimento desejado. [...] O paciente, na hora do jogo psicopedagógico mostrará objetivamente sua maneira de agir para conhecer, para aprender, para resolver uma situação problema. (ANDRADE, 1998, p. 86 e 87)

Os jogos e as brincadeiras quando não aplicados corretamente podem originar nas crianças sentimentos negativos como as perdas que poderão causar frustrações, o que é de suma importância para o desenvolvimento infantil, a fim de que através da ludicidade ela possa aprender a lidar com as dificuldades que já vivenciam nesse momento de dor pela enfermidade que está enfrentando, e que as vezes elas são cometidas a passarem por vários procedimentos dolorosos, sendo assim, as atividades lúdicas favorecem nos aspectos do desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social das crianças da classe hospitalar.

Assim como a ludicidade, a arteterapia também é considerada um recurso psicopedagógico muito importante e necessário para ser utilizado pelo psicopedagogo e pelo pedagogo dentro na Classe Hospitalar. Segundo Ciornai (2004) apud Medeiros (2010, p.12), “Arteterapia é o uso terapêutico da atividade artística no contexto de uma relação profissional por pessoas que experienciam doenças, traumas ou dificuldades na vida, assim como por pessoas que buscam desenvolvimento pessoal”.

Nessa perspectiva, a arteterapia além de levar a criança hospitalizada a expressar sua criatividade, também pode ser utilizada na prevenção dos problemas de aprendizagem, uma vez que, por meio da expressão artística a criança exterioriza sentimentos, pensamentos, desejos que não são evidenciados na fala, como também demonstra como esta constrói seu conhecimento. Desse modo,

A Arteterapia integrada a Psicopedagogia objetiva propiciar resultados em um curto espaço de tempo. Visa estimular o crescimento interior, ampliar a consciência do indivíduo sobre si e sobre sua aprendizagem. Para isso, os indivíduos expressam simbolicamente o que pensam, como aprendem e estabelecem suas metas. Essas duas áreas integradas visam propiciar mudanças na aprendizagem, expansão da consciência e da cognição, possibilitando aos indivíduos a resolução de conflitos, o autoconhecimento e o desenvolvimento pessoal. (ACAMPORA e FERREIRA, 2017, p. 31)

Da mesma maneira, a música também pode ser usada como uma ferramenta na ação psicopedagógica em várias instituições, principalmente na instituição hospitalar. Música traz calma, alegria, esperança, paz, em especial para as pessoas que estão hospitalizadas, pois na grande maioria dos casos, o internamento traz tristeza, desesperança, solidão, frustração, medo, angústia, enfim, sentimentos pessimistas em relação a vida. E a criança internada também enfrenta esses pensamentos, daí a importância do recurso musical na Classe Hospitalar. Segundo Amorim,

A educação musical ocorre em diversos espaços, inclusive no hospital. Para que a aprendizagem seja significativa é importante observar as características do grupo, principalmente quando os alunos estão em uma situação de fragilidade e vulnerabilidade. (2017, p. 82)

Enfim, ludicidade, arteterapia e música são excelentes e imprescindíveis recursos disponíveis para uso na ação e intervenção psicopedagógica. Pois, essas ferramentas servem tanto para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem no ambiente hospitalar, como pode ser utilizado para melhorar a autoestima da criança hospitalizada que possa estar fragilizada ou passando por conflitos internos. Nesse sentido, trataremos no próximo capítulo da importância escuta psicopedagógica ao profissional que atua no ambiente hospitalar.

5. ESCUTA PSICOPEDAGÓGICA AO ESCOLAR HOSPITALIZADO

O processo de adaptação sempre acontece quando alguém se depara com algo novo, nesse contexto a questão é um novo ambiente e o novo gera insegurança e ansiedade em qualquer idade e quando se trata de criança essa situação é mais intensa, nesse processo de transição com novas rotinas longe dos familiares causa ainda mais temor no escolar hospitalizado, considerando que o vínculo com o ambiente diferenciado, vai ocorrendo de forma gradativa dia após dia.

Antes de começar as aulas é interessante que o professor de Classe Hospitalar demonstre interesse ao fazer a entrevista com os pais ou responsáveis e com a própria criança, para dispor de maiores informações, e com isso poderá contribuir para uma convivência harmoniosa entre o profissional e a família, e também aprimorar o desenvolvimento do plano de atividades. A participação da

família nesse primeiro momento é muito importante, pois os familiares devem encarar a internação como algo positivo, e a presença dos pais é essencial no momento de adaptação da criança.

O processo de adaptação poderá vir acompanhado de choro, o qual não poderá ser ignorado, pois, a criança está externando o seu sentimento de medo e desconfiança por se encontrar em um local diferente com pessoas desconhecidas, então será necessário que o psicopedagogo acolha essa criança converse com ela de forma segura. Existem casos em que é necessário, com autorização da equipe médica, os pais levarem brinquedos que já fazem parte do cotidiano delas, pois pode transmitir segurança emocional. A autora Acampora (2015, p. 20), destaca que “o estado do sujeito hospitalizado não se fragiliza apenas nos aspectos orgânicos, o afetivo e o cognitivo também são afetados”.

Nessa perspectiva, torna-se indispensável o momento da escuta psicopedagógica, pois essas crianças foram separadas do seu convívio social de forma inesperada e, por isso precisam de pessoas que lhe escutem. Desta forma, o Psicopedagogo da Classe Hospitalar precisa estar preparado para ouvir, observando e registrando as informações obtidas pela criança, seus responsáveis e equipe de saúde. Ressaltando que, uma escuta sensível permite ao profissional ouvir além do dito, ou seja, capta as emoções entrelaçadas na fala da criança. Já o olhar atento concede ao profissional fazer a leitura da linguagem não verbal, a linguagem expressada nos gestos, no jeito de olhar, no jeito de falar, na maneira como mexe as mãos, entre outras expressões gestuais.

A escuta psicopedagógica vem diminuir o impacto causado pelo distanciamento da rotina do escolar hospitalizado, imaginemos crianças internadas e desconfortáveis por ter deixado seu convívio familiar e social para vivenciar um ambiente onde o silêncio é algo comum, muitas vezes, é rompido com o choro e grito de crianças doentes, o que pode causar alteração no seu desenvolvimento emocional, pode, ainda, existir a restrição nas relações de convivência dessa criança. Ceccim fala da escuta psicopedagógica para ajustar conexões, necessidades intelectuais, emoções e pensamentos. Para o referido autor,

O termo escuta vem da psicanálise e diferencia-se da audição. Enquanto a audição se refere à apreensão/compreensão de vozes e sons audíveis, a escuta se refere à apreensão/compreensão de expectativas e sentidos,

ouvindo através das palavras as lacunas do que é dito e os silêncios, ouvindo expressões e gestos, condutas e posturas. A escuta não se limita ao campo da fala ou do falado, busca perscrutar os mundos interpessoais que constituem nossa subjetividade para cartografar o movimento das forças de vida que engendram nossa singularidade. (1997, p. 31)

Entendemos, assim, que a escuta psicopedagógica é algo que vai muito além da possibilidade auditiva, ela acolhe a criança hospitalizada com suas ansiedades e dúvidas, respeitando seu momento de tristeza e o seu silêncio, porém, essa interação tem o objetivo de melhorar seu quadro clínico. A atuação do psicopedagogo deve proporcionar uma articulação significativa entre o saber do cotidiano do paciente e o saber científico do médico, sempre respeitando as diferenças que existem entre ambos os saberes.

A escuta psicopedagógica surge como uma oportunidade, que o Psicopedagogo da Classe Hospitalar tem de se aproximar da criança dando-lhe oportunidade de expressão verbal ou não verbal, como também em conhecer a história desta através de sua própria fala dentro de um diálogo psicopedagógico, possibilitando a troca de informação e a interação social.

Logo, essa escuta deve ser feita com muita atenção, pois mesmo sofrendo com a enfermidade a criança se sente respeitada e valorizada, pois, uma vez hospitalizada, longe da escola regular, elas sofrem podendo também afetar o seu desenvolvimento, porque a hospitalização impõe limites que poderá vir a afetar os processos cognitivos e afetivos de construção do conhecimento, então esse primeiro contato, através da escuta psicopedagógica, tem como objetivo proteger o processo de desenvolvimento e a aprendizagem dessa criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar a importância e a contribuição do psicopedagogo dentro da Classe Hospitalar para prevenção de problemas de aprendizagem nas crianças hospitalizadas. Nesse sentido, foi feito um levantamento bibliográfico dos principais teóricos que abordam o respectivo tema, e pudemos observar, que a presença do psicopedagogo na instituição hospitalar não apenas é importante, como fundamental. Ao mesmo passo que, refletimos e discorreremos acerca da contribuição do enfoque preventivo da Psicopedagogia

dentro da Classe Hospitalar para coibir o surgimento de problemas de aprendizagem em alunos-pacientes decorrentes do seu estado de saúde.

A criança internada por se encontrar num estado de adoecimento, poderá também, apresentar sentimento de angústia, medo e dor que, por sua vez, acarretam em desejo de desistência em adquirir novos conhecimentos, pois o tratamento, muitas vezes, leva dias, meses ou até anos. Por isso, a Classe Hospitalar através das habilidades exercidas pelo Pedagogo e Psicopedagogo, além de tratarem das atividades escolares cooperam com a diminuição dos motivos que levam essas crianças a terem o sentimento de infelicidade e incapacidade.

Nessa perspectiva, o problema da referida pesquisa foi descobrir de que forma o psicopedagogo poderá contribuir dentro da classe hospitalar numa perspectiva de prevenir possíveis problemas de aprendizagem? Concluímos que essa contribuição vai além da realização de atividades pedagógicas e psicopedagógicas de caráter preventivo, elas também são perceptíveis no que condiz ao âmbito social e ao aspecto cognitivo, sendo que todos os conhecimentos adquiridos pelos alunos-pacientes estão envolvidos em seu contexto social e físico.

Desse modo, pudemos observar que o grande desafio do psicopedagogo dentro da Classe Hospitalar é dispor de estratégias e propostas que assegurem de fato a continuidade do processo de escolarização das crianças que acontece por meio de um currículo diferenciado pela dimensão social, pois faz um *link* entre a situação de enfermidade com uma vida fora do hospital, como também para o aspecto cognitivo, pois alcançam conhecimentos necessários ao desenvolvimento pessoal. Quando argumentamos sobre educação, estamos debatendo mudanças, possibilitando, assim, melhoras para o ser humano.

Assim, acreditamos que essa pesquisa é de grande valia não somente para nós, enquanto pesquisadores, como também para os psicopedagogos, pedagogos, e demais profissionais das áreas da educação e da saúde, que atuam ou pretendem atuar com a educação hospitalar, pois esclareceu alguns pressupostos a respeito da importância e da contribuição do psicopedagogo dentro da Classe Hospitalar, colaborando com as ciências para socializar as possibilidades que promovam o exercício pleno da cidadania da criança hospitalizada.

REFERÊNCIAS

- ABPp. Associação Brasileira de Psicopedagogia. **Projeto de Lei na Câmara**. Brasília, 2010. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/96399>> Acesso em 30 mai. 20, às 01h22min.
- ABPppe. Associação Brasileira de Psicopedagogia Seção Pernambuco. **Diretrizes de Formação**. Disponível em <<https://www.abpppe.com.br/>> Acesso em 30 mai. 20, às 01h55min.
- ACAMPORA, Bianca Isabela e FERREIRA Silva. Arteterapia, Psicopedagogia e Neurociências: estratégias para o auxílio da compreensão leitora. **Revista Científica do Instituto Ideia** – ISSN 2525-5975 / RJ / Revista nº 2 – Ano 6 (2017) Disponível em <<http://www.revistaideario.com.br/>> Acesso em 28 mai. 20, às 21h26min.
- ACAMPORA, Bianca. **Psicopedagogia Hospitalar: Diagnóstico e Intervenção**. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2015.
- AMORIM, Renata Cristina Correia da Silva. A utilização da música como recurso para a humanização e o cuidado de enfermagem. **Revista Científica do Instituto Ideia** – ISSN 2525-5975 / RJ / Revista nº 2 – Ano 6 (2017). Disponível em <<http://www.revistaideario.com.br/>> Acesso em 28 mai. 20, às 23h56min.
- ANDRADE, Márcia Siqueira de. **Psicopedagogia Clínica** - Manual de Aplicações Prática para diagnóstico de Distúrbios de Aprendizado. 1ª edição, 1998. Póllus Editorial. São Paulo.
- ASSIS, Walkíria de. **Classe Hospitalar: um olhar pedagógico singular**. São Paulo, Editora Phorte, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 02 jun. 20, às 00h53min.
- _____. **Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Resolução nº 41 de 13 de outubro de 1995. Diário Oficial de Brasília, 17 out. 1995. Seção 1, p. 319-320.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9.394/96)**. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 20, às 00h59min.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **Estatuto da criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 13 jun. 20, às 22h30min.
- _____. Ministério da Educação, Cultura e Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Secretaria Nacional de Educação Especial. Brasília,

MEC/SEESP, 1994. Disponível em <<https://inclusaoja.com.br/legislacao/>> Acesso em 11 mai. 20, às 23h45min.

_____. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações.** Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC; SEESP, 2002. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>> Acesso em 02 jun. 20, às 15h24min.

_____. Ministério da Saúde. **Conceitos e Definições em Saúde.** Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. 1977. Disponível em <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0117conceitos.pdf>> Acesso em 10 jun. 20, às 21h36min.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em 07 jun. 20, às 20h14min.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. **Uma visão holística de educação.** São Paulo: Summus, 1995.

CECCIM, R.; Carvalho, P. (Org.) **Criança hospitalizada: atenção integral como escuta à vida.** Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1997.

FONSECA, Eneida Simões. A situação brasileira do atendimento pedagógico-educacional hospitalar. **Revista Educação e Pesquisa.** Universidade de São Paulo, v. 25, n. 1, p. 117-129, janeiro-junho, 1999. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27808>> Acesso em 13 jun. 20, às 23h08min.

FONSECA, Eneida. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar.** 2ª ed. – São Paulo: Memnon, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs). **Métodos de pesquisa** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 27 mai. 20, às 02h26min.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde.** 7ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; TORRES, Patrícia Lupion (orgs.). **Teoria e prática na pedagogia hospitalar: novos cenários, novos desafios.** Curitiba: Champagnat, 2010.

MEDEIROS, Solemar Elvira Ontória Pacheco. **Arteterapia de crianças e psicoterapia infantil (Ludoterapia), semelhanças e divergências.** Monografia.

Especialização Lato Sensu em Arteterapia. São Paulo MásterSchool / Universidade. São Marcos, SP, 2010. Disponível em <<https://docplayer.com.br/7771169-Solemar-elvira-ontoria-pacheco-medeiros-arteterapia-de-criancas-e-psicoterapia-infantil-ludoterapia-semelhancas-e-divergencias.html>> Acesso em 30 mai. 20, às 13h24min.

OLIVEIRA, Mari Ângela Calderari. **Intervenção Psicopedagógica na escola**. 2ª edição, 2009. Fundação Biblioteca Nacional.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia Hospitalar**: Intermediando a humanização na saúde. 2ª ed. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2008.

SMED – Secretaria Municipal da Educação: **Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar**. Disponível em: <<http://educacao.salvador.ba.gov.br/programa-projeto/atendimento-escolar-hospitalar-e-domiciliar/>> Acesso em 15 mai. 20, às 01h23min.

VASCONCELOS, Sandra Maia Farias. **Classe hospitalar no mundo**: um desafio à infância em sofrimento. Ceará: UECE, 2008. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/conf_simp/textos/sandramaia-hospitalar.htm> Acesso em: 23 mai. 20, às 18h45min.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. **O trabalho do psicopedagogo institucional**. Revista Espaço Acadêmico, nº 139, dezembro, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17281>> Acesso em 15 mai. 20, às 09h/24min.